

Nota Curricular

Nome: Carlos Manuel Antão Cabreiro

Data de nascimento: 18 de maio de 1966

Naturalidade: Picote, Miranda do Douro

Habilitações académicas:

Licenciatura em Direito pela Universidade Autónoma de Lisboa.

Pós-graduação em guerra de informação pela Academia Militar.

Formação profissional:

1991 – Frequência do Curso de formação de Agentes Estagiários, exercendo funções na carreira de Investigação Criminal (Agente entre 1992 e 1995);

1995 – Frequência do Curso de formação de Inspetores;

2019 – Ascende à categoria de Coordenador Superior de Investigação Criminal.

Experiência profissional:

1991 – Colocação na DCICFIEF (Direção Central de Investigação de Corrupção Fraudas e infrações Económico-Financeiras);

1995 – Coordenação da BICI, (Brigada de Investigação da Criminalidade Informática), a UNICEO (Unidade Nacional de Informação sobre Crime Económico Organizado) e a BP (Brigada de Pesquisa);

1998 – Coordenação da SICIT (Secção de Investigação da Criminalidade Informática e de Telecomunicações) em acumulação com a BIBCEI (Brigada de Investigação do Branqueamento de Capitais do Crime Económico Internacional);

2005 – Subdiretor Nacional Adjunto na Direção Central de Investigação da Corrupção e Criminalidade Económica e Financeira (DCICCEF), entre julho de 2005 a março de 2009;

2009-2016 – Coordenação da 8.ª Secção da DLVT, Secção de Investigação da Criminalidade Informática;

2016 – Por despacho de 2016.12.06 de Sua Excelência a Ministra da Justiça, foi nomeado, em comissão de serviço, para o cargo de Diretor da Unidade Nacional de Combate ao Cibercrime e à Criminalidade Tecnológica (UNC3T), da Polícia Judiciária, cargo que exerce até à data;

Outros elementos:

Ao longo da carreira participou em inúmeras ações de formação, quer como formando, quer como formador, em grupos de trabalho, seminários e outros eventos, relacionados com a criminalidade informática e tecnológica;

Formador do Instituto de Polícia Judiciária e Ciência Criminais, com curso de Formação Pedagógica Inicial de Formadores, nas áreas da criminalidade informática, direito penal e direito processual penal;

2012 – Representante do Ministério da Justiça, na Comissão Instaladora do Centro Nacional de Cibersegurança;

Membro do Conselho Superior de Segurança do Ciberespaço;

2022 – Presidente de júri do Procedimento Concursal de promoção à categoria de inspetor-chefe da carreira especial de investigação criminal.

Publicações:

Corredator do artigo "A Emergência da Prova Digital na Investigação da Criminalidade Informática" publicado na revista - Sub Júdice 35 - Internet, Direito e Tribunais, Almedina, 2007;

Corredator do "Manual de Procedimentos de Criminalidade Informática" da Polícia Judiciária.